

72º Encontro CIEE do 3º Setor

14/10/11

**TERCEIRO SETOR E RELIGIÃO: CARIDADE,
ÉTICA E DIREITO NA CONSTRUÇÃO DA
CIDADANIA**

OAB SP

***Comissão de Direito do
Terceiro Setor***

***Rodrigo Mendes Pereira
romeperomepe@gmail.com***

EXPOSITOR**“Curriculum Vitae”**

- Advogado, consultor em terceiro setor e responsabilidade social e autor do livro “Terceiro Setor e Religião: Caridade, Ética e Direito na Construção da Cidadania” (Editora Juruá). Consultor e professor do IATS – Instituto de Administração para o Terceiro Setor – Luiz Carlos Merege.
- Graduado em direito pela USP. Mestre em ciências da religião com ênfase em terceiro setor pela PUC/SP. Pós-graduado (especialização) pela FIA/FEA/USP (MBA - Gestão e Empreendedorismo Social). Pós-graduado (extensões) em terceiro setor (direito, administração e captação de recursos) pela EAESP/FGV.
- Membro fundador e ex-vice-presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP. Professor e coordenador do curso de Especialização “lato sensu” em Terceiro Setor da Escola Superior de Advocacia – ESA - da OAB/SP. Membro titular e ex-presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS – de Jundiaí-SP.
- Casado, pai e MUITO FELIZ.

TERCEIRO SETOR E RELIGIÃO

Caridade, Ética e Direito na
Construção da Cidadania



Rodrigo Mendes Pereira

ASSUNTO PRIORITÁRIO

As Perguntas e as Reflexões

? ! ? ! ? !

**Esclarecimentos:
CATOLICISMO?**

ONG?

IDEOLOGIA?

PERGUNTAS (1)

- O que a religião – os valores ético-religiosos, sua linguagem simbólica – representam em uma formação social capitalista, na qual existe um embate entre dirigismo e neoliberalismo, ou seja, um embate entre as tendências do capitalismo à exclusão social, concentração de renda e destruição criadora e os implantes socialistas que objetivam modificar e/ou compensar essas tendências nocivas?

- O neoliberalismo é uma realidade que se manifesta da mesma forma e dimensão em todos os países, e assim é inevitável que suas estratégias de redução do Estado vão privatizar os serviços sociais sem qualquer resistência?

- Nossa Constituição Federal Cidadã, e suas expressas determinações sobre o dever do Estado implementar os direitos sociais (saúde, educação, assistência social etc.), não é uma resistência à privatização dos serviços sociais?

PERGUNTAS (2)

- As inúmeras disposições constitucionais cidadãs (direitos individuais, sociais e políticos) que responsabilizam o poder público – com integração e complementaridade das organizações do terceiro setor – pela implementação dos direitos sociais, não nos caracterizariam como um Estado Democrático de Direito mais próximo do perfil do capitalismo dirigido do que do perfil neoliberal?**

- No plano da efetiva realização dos direitos – não apenas no plano de um sistema jurídico positivado – nosso país já viveu o estado de bem-estar social (*welfare state*)?**

PERGUNTAS (3)

- O surgimento de organizações do terceiro setor está vinculado a políticas de governo (pressões de cima), ou elas nascem de processos autônomos - iniciativas de âmbito privado envolvendo interesse social – que também sofrem pressões de baixo (movimentos espontâneos pela melhoria de condições de vida e pela busca de direitos) e externas (igrejas, ongs internacionais, agências oficiais de fomento etc.)?

- A produção pública – oferecimento de bens e serviços gratuitamente – realizada pelo Estado através de repasse de recursos públicos a organizações do terceiro setor com finalidades públicas, por meio de acordos públicos (convênios, termos de parceria, contratos de gestão etc), representa uma privatização dos serviços sociais?

PERGUNTAS (4)

- Implantes socialistas na formação social capitalista, objetivando combater e/ou compensar a dinâmica capitalista da exclusão, concentração e destruição, não são muitas vezes manifestados por meio de organizações do terceiro setor?**

- Por que, quando tratamos de processos de exclusão e inclusão, a articulação religião-ética-condução de vida surge como um elemento de contraponto à lógica individualista e excludente do capitalismo, e isto inclusive na argumentação de pesquisadores de várias áreas e sem vinculação religiosa?**

PERGUNTAS (5)

- As ideias de secularização do Estado e da normatividade jurídica seriam suficientes para explicar a construção da esfera ou espaço público no Brasil? A religião continua a influenciar o funcionamento da sociedade civil organizada – entendida como esfera pública não estatal ou a esfera privada com âmbito público?**

- Qual a relação entre os valores ético-religiosos de cada pessoa e sua atitude em relação aos problemas socioeconômicos?**

PERGUNTAS (6)

- Além da assistência caritativa, os valores ético-religiosos legitimam e motivam a promoção humana cidadã e a transformação das estruturas injustas? Existem oposições e incompatibilidades intransponíveis entre essas práticas?

- Por que algumas ONGs com forte influência de valores ético-religiosos – sob a mesma teologia e doutrina – “fazem caridade” de maneira diversa? Por que umas confrontam a ordem existente e outras não?

PERGUNTAS (7)

❑ Motivado pelo mandamento do “amor ao próximo”, constituir uma ONG de assistência social e geri-la de forma eficiente para que ela cumpra suas finalidades e alcance os resultados propostos, não envolve tanto a racionalidade por valor (cumprir o dever de amar o próximo, um mandamento religioso e um princípio ético) quanto a racionalidade por finalidade (gerir e utilizar recursos financeiros, materiais e humanos, inclusive cumprido toda a burocracia, para atender adequadamente seu público-alvo, mediante o fornecimento de serviços)?

❑ Por que não existe clareza entre os fiéis leigos católicos – a quem, movidos por valores ético-religiosos, prioritariamente compete constituir e gerir ONGs – sobre a complementaridade e integração entre assistência, promoção humana cidadã e transformação das estruturas injustas no enfrentamento dos problemas socioeconômicos?

ASSUNTO PRIORITÁRIO

Respostas e Reflexões

! ? ! ? ! ?

RESPOSTAS (1)

□ ... busca de uma visão menos ideológica no tocante ao relacionamento entre Estado e ONGs na implementação dos direitos sociais, que possibilite uma melhor compreensão sobre o dever do Estado e a atuação complementar e integrada das ONGs e, assim, que contribua para a superação de alguns alegados conflitos intransponíveis motivados pelo embate entre discursos neoliberais e discursos socialistas ou representativos do dirigismo capitalista.

RESPOSTAS (2)

□ ... busca de uma visão menos ideológica no tocante às dimensões de atuação no setor social, que possibilite uma melhor compreensão sobre a complementaridade e articulação entre as lógicas e formas de agir no terceiro setor (caritativa/assistencial, cidadã/promocional, libertadora/transformadora), entre suas racionalidades (substantiva determinada por valores e instrumental determinada por fins) e entre seus valores, suas éticas (de convicção ou mentalidade e de responsabilidade) e, assim, que contribua para a superação de algumas alegadas oposições intransponíveis entre a lógica caritativa e a lógica cidadã.

RESPOSTAS (3)

□ ... busca de uma visão menos ideológica no tocante aos discursos e à forma de “fazer caridade” da Igreja Católica - nosso especial objeto de interesse no tocante aos valores ético-religiosos -, que possibilite uma melhor compreensão sobre as tensões entre o apelo e a força original do mandamento da caridade ou “amor ao próximo” (da fraternidade universal) ensinada por Jesus Cristo e o impulso de preservação institucional (estruturas de autoridade) da Igreja Católica e, assim, que contribua para a superação de alguns embates entre os chamados segmentos progressistas e conservadores relativos à forma de intervenção junto aos problemas socioeconômicos.

OAB SP

Comissão de Direito do Terceiro Setor

ASSUNTO PRIORITÁRIO

TERCEIRO SETOR

CONCEITOS DE TERCEIRO SETOR (1)

Rosa Maria Fischer - CEATS:

■ “Terceiro Setor é a denominação adotada para o espaço composto por **organizações** privadas, sem fins lucrativos, cuja atuação é dirigida a finalidades coletivas ou públicas. Sua presença no cenário brasileiro é ampla e diversificada, constituída por organizações não-governamentais, fundações de direito privado, entidades de assistência social e de benemerência, entidades religiosas, associações culturais, educacionais, as quais desempenham papéis que não diferem significativamente do padrão conhecido de atuação de organizações análogas em países desenvolvidos. Essas organizações variam em tamanho, grau de formalização, volume de recursos, objetivo institucional e forma de atuação. Tal diversidade é resultante da riqueza e pluralidade da sociedade brasileira e dos diferentes marcos históricos que definiram os arranjos institucionais nas relações entre o Estado e o Mercado.”

CONCEITOS DE TERCEIRO SETOR (2)

Lester Salamon – Instituto de Políticas Públicas da Johns Hopkins University:

■ “Embora a terminologia utilizada e os propósitos específicos a serem perseguidos variem de lugar para lugar, a realidade social subjacente é bem similar: uma virtual revolução associativa está em curso no mundo, a qual faz emergir um expressivo ‘terceiro setor’ global, que é composto de: (a) organizações estruturadas; (b) localizadas fora do aparato formal do Estado; (c) que não são destinadas a distribuir lucros auferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; (d) autogovernadas; (e) envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário”.

IDEIAS SOBRE O TERCEIRO SETOR

- **Sociedade civil organizada; organizações sem fins lucrativos; organizações não governamentais; esfera pública não-estatal ou esfera privada com âmbito público (esfera privada não doméstica); privado porém público; interesse social e coletivo; “rompimento” dos binômios público-privado e Estado-mercado;**

- **Espaço de produção de serviços públicos, porém também espaço de SOCIALIDADE / SOCIABILIDADE e ESPAÇO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL (criar direitos, controle etc.)**

- **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (CIDADÃ) – Estado Democrático de Direito do BEM ESTAR SOCIAL. TENSÕES nas Políticas Públicas: Centralidade do Poder Público X Complementaridade do Terceiro Setor**

- **DESAFIO: Articulação entre RACIONALIDADE POR VALOR / ÉTICA DE CONVICÇÃO (amor, justiça, verdade, liberdade, igualdade, solidariedade, segurança) e RACIONALIDADE POR FINALIDADE / ÉTICA DE RESPONSABILIDADE (eficiência, eficácia e efetividade).**

AS FACES DO TERCEIRO SETOR E SEUS MITOS – Lester Salamon

■ **IDEIAS (VALORES):**

Fontes: Espirituais, religiosas, morais, políticas

Valores: altruísmo, compaixão, sensibilidade com necessitados, compromisso com o direito de livre expressão: **a) INICIATIVA INDIVIDUAL EM PROL DO BEM COMUM; b) SOLIDARIEDADE.**

■ **REALIDADE (MENSURAÇÃO):** Questões empíricas e conceituais.

■ **IDEOLOGIA (MITOS):**

a) Mito da virtude pura

b) Mito do puro voluntarismo

c) Mito da imaculada concepção

PRESSÕES ENVOLVIDAS NO TERCEIRO SETOR

– Lester Salamon (1)

- **DE BAIXO: movimentos populares espontâneos**
- **DE FORA OU EXTERNAS: Igrejas, ONGs internacionais, Agências oficiais**
- **DE CIMA: Políticas de Governo**

PRESSÕES ENVOLVIDAS NO TERCEIRO SETOR

– Lester Salamon (2)

Fontes ideológicas – de direita e de esquerda – buscam minimizar a dimensão e o papel da sociedade civil organizada (terceiro setor, setor social, setor sem fins lucrativos), centrando suas argumentações no EMBATE entre o NEOLIBERALISMO (formação social capitalista com prevalência no liberalismo, caracterizada por um programa que tem como meta a flexibilização dos direitos trabalhistas e a privatização dos serviços sociais do Estado) e o DIRIGISMO (formação social capitalista com implantes socialistas caracterizada por um programa de pleno emprego e Estado do bem-estar social (*welfare state*)).

IMPLANTES SOCIALISTAS NA FORMAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA – Paul Singer (1)

- Livro do autor: *“Uma utopia militante: repensando o socialismo”*
- Reavaliar a revolução social socialista e reavaliar suas perspectivas e possibilidades atuais (após o fracasso de tentar construir o socialismo através da estatização de meios de produção e da instituição do planejamento centralizado da economia)
- Essência do socialismo como modo de produção: organização democrática de produção e consumo, na qual produtores e consumidores livremente associados repartem ônus e ganhos, direitos e obrigações.

IMPLANTES SOCIALISTAS NA FORMAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA – Paul Singer (3)

- Socialismo e Capitalismo como Formações e Revoluções Sociais, e não simplesmente como revoluções políticas (“burguesa” e “proletária”) ou como modos de produção: processos de mudanças e vários modos de produção em uma formação capitalista.
- Compreensão do Neoliberalismo e do Estado de Bem-Estar Social: Etapas do Capitalismo: capitalismo concorrencial, capitalismo monopolista, capitalismo dirigido e neoliberalismo
- Implantes Socialistas para Enfrentar e/ou Compensar as Tendências Negativas do Capitalismo: Exclusão, Destruição Criadora e Concentração da Riqueza (desigualdade)

IMPLANTES SOCIALISTAS NA FORMAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA – Paul Singer (4)

MODIFICAR OU COMPENSAR AS TENDÊNCIAS NOCIVAS DO CAPITALISMO: (a) EXCLUSÃO SOCIAL; (b) DESTRUIÇÃO “CRIADORA” (c) CONCENTRAÇÃO DE RENDA

FRUTOS da Revolução SOCIAL Socialista (processo de tentativas, erros e acertos):

- Sufrágio universal
- Estado do bem-estar social (*welfare state*)
- Sindicalismo
- Cooperativismo

E no futuro...

IMPLANTES SOCIALISTAS NA FORMAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA – Paul Singer (5)

E no futuro...

*”É preciso investigar o potencial de **expansão da democracia aos planos de micropoder na sociedade civil**, o potencial das representações operárias dentro das empresas capitalistas e o potencial de **expansão e desenvolvimento das economias cooperativas complexas** como as dos kibutzim israelenses, da indústria cooperativa de Mondragon, no país basco, e das cooperativas de produção da chamada Terceira Itália etc. É preciso avaliar o importante movimento de **cooperativas de crédito** em países do terceiro mundo, chamados “**bancos do povo**” ou crédito solidário e as **inúmeras iniciativas locais de combate ao desemprego e à destruição criadora.**” (SINGER, 1998, p. 133).*

Manual sobre Instituições Sem Fins Lucrativos do Sistema de Contas Nacionais da ONU – FASFIL e JHU

Cinco Critérios: (a) Privadas/ não integram o Estado; (b) Sem Fins Lucrativos / não distribuem excedentes; (c) Institucionalizadas / legalmente constituídas; (d) Auto-Administradas / capazes de gerar suas próprias atividades; e (e) Voluntárias / constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas / esforço voluntário (bens e serviços)

Comentários:

- Metodologia: Projeto Comparativo Internacional – 22 países – John Hopkins University-JHU (Lester Salamon) e ISER (Leilah Landin)
- FASFIL (Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos / IBGE / IPEA): Associações / Fundações / Organizações Religiosas.
- Exclusões FASFIL: Sindicatos / Partidos Políticos / Entidades do Sistema “S” / Cooperativas (sociedade cooperativa).
- Divergência JHU/FASFIL: Exemplo: Sindicatos (FASFIL exclui / JHU inclui).

QUEM É QUEM NO TERCEIRO SETOR (1)

Categorias de entidade em função das finalidades “sociais” que desempenham / SOCIAL = “conveniente à sociedade” (gênero):

- (a) Interesse ou caráter público:** benefício de toda a sociedade ou de segmentos do conjunto da sociedade (entidades assistenciais, beneficentes, filantrópicas, de defesa de direitos, de origem empresarial - “braço social”)

- (b) Ajuda Mútua (Auto-Ajuda):** defender interesses coletivos, mas num círculo restrito, específico, de pessoas, ou seja, o benefício mútuo ou interno de um determinado grupo (associações de classe, associações de moradores, associações comerciais, clubes sociais, recreativos e esportivos).

QUEM É QUEM NO TERCEIRO SETOR (2)

ENTIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E SUAS “VANTAGENS”:

- (a) **Títulos, Registros e Certificados concedidos às entidades de interesse público: Utilidade Pública Federal - UPF (Estadual e Municipal), Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, qualificação como Organização Social - OS, Registro ou inscrição em Conselhos (Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso etc) .**
- (b) **Entidades de interesse público têm acesso a benefícios fiscais (imunidade / isenção), a incentivos fiscais e a recursos públicos (subvenções, auxílios, convênios, termos de parceria, contratos de gestão)**

TERCEIRO SETOR NO BRASIL – 1995 – JHU/ISER – 22 países (1)

- 220.000 instituições.
- US\$ 10,9 Bilhões – 1,5% PIB.
- 16% da pop. maior de 18 faz trabalho voluntário: igreja e assistência social (predomínio).
- 36 milhões doaram \$ ou bens
- 1,12 milhão de pessoas remuneradas

Fontes de Receita: Receitas Próprias: 68,3% - Governo: 14,5%
- Indivíduos: 14% - Empresas: 3,2%

TERCEIRO SETOR NO BRASIL – 2002 – FASFIL - 2005

- **276 mil entidades (ou unidades !!!!! – matriz e filiais com alguns critérios) em 2002 / 338 mil em 2005**
- 1,5 milhão de pessoas remuneradas em 2002 / 1,7 milhão em 2005.
- Expressivo crescimento: 62% das instituições foram criadas a partir de 1990.

RELIGIÃO E TERCEIRO SETOR - FASFIL (1)

a) Em 2002 e 2005, respectivamente, 70.446 (25,53%) e 83.775 (24,8%) das entidades/unidades dedicavam-se diretamente a atividades confessionais (grupo religião). Observe-se que as instituições de origem religiosa que desenvolvem outras atividades e que têm personalidade jurídica própria - como, por exemplo, escolas, hospitais, creches etc - foram classificadas e incluídas em grupos de atividades afins (educação, saúde ou assistência social etc)

b) Em sua versão publicada em 2004 (dados de 2002), ela expressamente reconhece que “a influência da religião no âmbito do FASFIL é bem mais ampla apesar de não ser possível dimensioná-la com exatidão” (BRASIL, 2004, p. 29);

RELIGIÃO E TERCEIRO SETOR - FASFIL (2)

c) Em sua versão publicada em 2008 (dados de 2005), o estudo é ainda mais incisivo, ao “assinalar que essas entidades, para além de desenvolverem atividades confessionais, ocupam novos espaços de debate e deliberação de políticas públicas, como os conselhos, conferências e grupos de trabalhos governamentais” (BRASIL, 2008, p. 28, nota 7) e ao explicitar que a forte presença das ações de cunho religioso não se restringe às atividades confessionais, que representam um quarto do total (Cf. Ibid., p. 28), “posto que milhares de entidades assistencial, educacional e de saúde, para citar apenas alguns exemplos, são de origem religiosa, embora não estejam classificadas como tal, o que impede de dimensionar a abrangência efetiva das ações de influência religiosa” (Ibid., p. 28).

FLUIDEZ DAS LÓGICAS DO TERCEIRO SETOR

- ASSISTÊNCIA
- PROMOÇÃO / CIDADANIA.
- LIBERTAÇÃO / TRANSFORMAÇÃO (ESTRUTURAL).

EX. ATIVISTA AMBIENTAL E IRMÃ DE CARIDADE

OBS. CIDADANIA PASSIVA e CIDADANIA ATIVA

TERCEIRO SETOR: CARACTERIZAÇÃO

Caracterização geral: Terceiro setor é o espaço ocupado especialmente por: (a) **organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse social, constituídas basicamente na modalidade de associações e fundações privadas (e as organizações religiosas também !!!);** (b) **projetos, ações e atividades de interesse social** desenvolvidos por indivíduos e empresas e; ainda, (c) **alianças (parcerias) entre a sociedade civil, poder público e empresas** com o objetivo de promover o desenvolvimento social.

ASSUNTO PRIORITÁRIO

**DIREITO, ÉTICA E
CIDADANIA**

Secularização do que?

IDEIAS SOBRE SECULARIZAÇÃO

■ Qual o significado de secularização que alcançaria um consenso mínimo? Secularização do Estado, da lei, na normatividade jurídica geral, representado pela separação entre Estado e Igreja (processo jurídico-político). (Antonio Flávio Pierucci);

■ “Peter Berger (2000), comentando a relação entre a ressurgência religiosa e alguns problemas que não são ligadas à religião – política internacional, guerra e paz, o desenvolvimento econômico e direitos humanos e justiça social - conclui: ***“Mas há uma afirmação que se pode fazer com bastante confiança: arriscam-se muito aqueles que negligenciam o fator religioso em suas análises das questões contemporâneas”*** (BERGER, 2000, p. 23).

RELIGIÃO E CONSTITUIÇÃO FEDERAL

■ ... um Estado Secular – Estado separado da Igreja, por meio da secularização da lei e da normatividade jurídica geral – não significa um Estado sem religião. Nossa Constituição Federal dispõe no rol dos direitos individuais (artigo 5º, VI a VIII) sobre a inviolabilidade da liberdade de crença religiosa, assegura a liberdade dos cultos religiosos, garante a proteção dos locais de culto e assegura a assistência religiosa em locais de internação coletiva, assim como concede a imunidade de impostos aos templos de qualquer culto (artigo 150, VI, “b”) (Cf. CONSTITUIÇÃO, 1988).

DUPLO ASPECTO DA JUSTIÇA: Fábio Konder Comparato

■ JUSTIÇA, DIREITO , CIDADANIA

“O homem justo é aquele que, além de não cometer injustiças, pratica ações justas. A interface desse princípio ético explica a união indissolúvel das grandes categorias dos direitos humanos: a dos direitos e liberdades individuais, e a dos direitos econômicos e sociais. Não é possível separá-las nem, menos ainda, recusar a aplicação de uma delas, sem negar a outra, destruindo com isso, completamente o princípio da justiça”

DIREITOS FUNDAMENTAIS DO SER HUMANO

- **LIBERDADE** (direitos civis – propriedade e livre Iniciativa)
- **IGUALDADE** (direitos sociais – igualdade material)
- **FRATERNIDADE (SOLIDARIEDADE)**

Esfera PRIVADA,

Esfera PÚBLICA,

E a Esfera COLETIVA (FRATERNIDADE /
SOLIDARIEDADE)

AS DUAS ESFERAS DA CIDADANIA

Cidadania PASSIVA: Aquela outorgada pelo Estado, levando os sujeitos a esperar a garantia dos direitos e a justiça social através da mediação deste, como uma função tutelar.

Cidadania ATIVA: Processo de criação de direitos, de garantia desses direitos e de intervenção, de participação direta no espaço da decisão política. Para exercitar este tipo de cidadania é preciso participar da elaboração e decisões da vida social. O processo ocorre de forma coletiva.

Constituição Federal – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

■ **Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:**

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

Parágrafo único – Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (...)

Constituição Federal – OBJETIVOS FUNDAMENTAIS

■ **Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:**

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - CENÁRIO FAVORÁVEL (1)

- Consolidou nosso país como um **Estado Democrático de Direito**, indicando a cidadania e a dignidade da pessoa como princípios fundamentais e **criando um sistema jurídico positivado adequado à conquista da cidadania**;
- **Priorizou a adoção de medidas necessárias ao enfrentamento dos problemas sociais.**
- **Assegurou o amparo, proteção e inclusão** dos segmentos populacionais desfavorecidos (**vulneráveis**).
- Colaborou para garantir – na verdade determinou – a **elaboração de diversas leis** – legislação infraconstitucional -, que vieram atender as expectativas das demandas de diversos segmentos sociais, dentre as quais: Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que fomenta a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; legislação que regulamenta do Sistema Único de Saúde – SUS; Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; Estatuto do Idoso etc

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - CENÁRIO FAVORÁVEL (2)

- Possibilitou a **participação efetiva da sociedade** no **desenvolvimento** das políticas públicas e de programas e projetos sociais, através dos **Conselhos Paritários** (de assistência social, de educação, de saúde, da criança e do adolescente, do Idoso etc.).
- Reconheceu o papel das organizações do Terceiro Setor na implementação (efetivo exercício) dos direitos sociais, que devem atuar de forma complementar e integrada com as iniciativas do Poder Público (exemplificativamente, vide disposições constitucionais que tratam da saúde, educação e assistência social). A Constituição, inclusive, priorizou a atuação das entidades, dispôs sobre a liberdade de associação e sobre a imunidade de tributos (impostos e contribuições) a determinadas instituições sem fins lucrativos.

RELAÇÃO ENTRE PODER PÚBLICO E TERCEIRO SETOR

- * SERVIÇO PÚBLICO NÃO É SÓ GOVERNAMENTAL!**
- * RECURSOS PÚBLICO NÃO É SÓ GOVERNAMENTAL!**
- * ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR PRESTAM SERVIÇOS PÚBLICOS E DEVEM RECEBER RECURSOS PÚBLICOS!**
- * PÚBLICO X PRIVADO? E O COLETIVO? Liberdade, Igualdade e Fraternidade (Solidariedade)**

ASSUNTO PRIORITÁRIO

ÉTICA e RELIGIÃO

Os VALORES Ético- Religiosos

O que é Religião?

O QUE SÃO PRINCÍPIOS ÉTICOS: Fábio Konder Comparato

“Os princípios éticos são normas objetivas, sempre correlacionadas a virtudes subjetivas. São normas teleológicas, que apontam para um objetivo final do comportamento humano, ao qual deve se adequar os meios ou instrumentos utilizados. São normas de conteúdo axiológico, cujo sentido é sempre dado pelos grandes valores éticos”

“As qualidades próprias dos princípios éticos nada mais são, na verdade, do que uma decorrência lógica do fato de se fundarem, em última análise, na dignidade da pessoa humana, reconhecida como paradigma supremo de toda vida social.”

Princípios cardeais (complementares, indissolúveis): VERDADE, JUSTIÇA e AMOR. Desdobram-se em liberdade, igualdade, segurança e solidariedade.

VERDADE:

Concepção GREGA: **sentido intelectual**: correspondência intrínseca do pensamento com a realidade pensada: saber científico moderno.

Concepção SEMÍTICA: ligada à **vida ética**: Verdadeiro é o que inspira confiança e fidelidade: busca do valor supremo, para muitos identificado como DEUS.

JUSTIÇA E SUA FACE SOLIDÁRIA

JUSTIÇA: “dar a cada um o que é devido” / “o que julgares odioso para ti, não o faças a outrem”.

Outra modalidade de **Justiça (SOLIDARIEDADE):** “...cada qual deve cumprir, na sociedade, a função que lhe **incumbe**. Os fortes devem proteger os fracos; os ricos, socorrer os pobres, os instruídos, educar os ignorantes; e assim por diante. A lei e os governantes devem zelar, na *polis*, pela justa distribuição desses bens entre todos, de sorte que ninguém saia lesado”.

O AMOR NÃO É SENTIMENTO, NEM AFETO OU AMIZADE: Fábio Konder Comparato

■ **AMOR ou CARIDADE (ÁGAPE: na versão grega; traduzido em latim por CARITAS)**

■ **AMOR E TERCEIRO SETOR**

“Mas há certas formas de amor, nas quais a consciência de agir para o bem de outrem não raro se manifesta, por exemplo, pela instituição de um entidade beneficente, com todas a exigência burocráticas que ela necessariamente comporta; isto é, em uma atividade praticamente despida de sentimentos. Isto, sem falar do mandamento bíblico de amar o próximo (Levítico 19, 18), ou do preceito evangélico de amar até o inimigo, o que dispensa, obviamente, qualquer afeição”

CARIDADE (Caritas / Agape) (1)

Dicionário HOUAISS: *caridade (...)* 1 virtude teologal que conduz ao amor a Deus e ao nosso semelhante (...).

Obs. *filantropia (...)* 1 profundo amor a humanidade (...).

Entidade / Organização CARITAS: caridade assistencial / caridade promocional / caridade transformadora (sociedade politicamente democrática, socialmente igualitária e economicamente justa).

Fábio Konder Comparato: AMOR com princípio ético, ao lado da VERDADE e da JUSTIÇA.

CARIDADE (Caritas / Agape) (2)

Fábio Konder Comparato:

“O amor é uma doação completa e sem reservas, não só das coisas que nos pertencem, mais da nossa própria pessoa. (...) Nessa perspectiva, o amor é o exato oposto da separação, própria da relação de justiça, entre o meu, o teu e o nosso. (...) Além disso, o dever de amar, ao contrário do de ser justo, não engendra direitos, isto é, exigências da parte de outrem. Na ética evangélica, temos todos o dever de amar os outros (...). Mas, obviamente, nenhum daqueles que devemos amar pode exigir de nós esse comportamento.”

CARIDADE e JUSTIÇA

Fábio Konder Comparato:

“ A grande função social do amor consiste, na verdade, em atuar como fator de permanente aperfeiçoamento da justiça. É o impulso constante no sentido de uma não-acomodação com as formas de justiça já existentes; a procura de uma ampliação ilimitada do princípio de dar a todos e a cada um o que a consciência ética sente como devido.”

ASSISTENCIALISMO (Dicionário HOUAISS)

... doutrina, sistema ou prática (individual, grupal, estatal, social) que preconiza e/ou organiza e presta assistência a membros carentes ou necessitados de um comunidade, nacional ou mesmo internacional, em detrimento de uma política que os tire da condição de carentes e necessitados... sistema ou prática que se baseia no aliciamento político das classes menos privilegiadas através de um encenação de assistência social a elas; populismo assistencial.

HISTORICAMENTE QUEM INCENTIVA O ASSISTENCIALISMO:
O PODER PÚBLICO OU AS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL
??????

Processo de Desencantamento do Sentido Pleno Vida – Jung Mo Sung (1)

Nas sociedades primitivas, **a natureza era encantada**, isto é, a natureza era vista como possuindo ou possuída por espíritos e a relação dos seres humanos com ela era cheio de respeito e de **magia**. (...)

Com o surgimento das **religiões com “deus ético” ou religiões éticas** (como judaísmo, cristianismo e islamismo), a natureza começa a ser desencantada e o **âmbito do encanto se move para o “campo ético-espiritual”**. A visão mágica em relação à natureza e aos fenômenos naturais vai sendo substituída por tecnologias racionais e por explicações de ordem científica. **Entretanto, isso não significou o desencantamento da vida e das atividades humanas**. Na medida em que as **experiências espirituais e as relações humanas baseadas na ética** passaram a ser consideradas formas privilegiadas de relacionamento com o divino, a vida cotidiana – como o trabalho, as relações familiares, o trato com as pessoas necessitadas, etc – e **as práticas explicitamente religiosas se tornaram espaços de encantamento**. A vida humana e tudo o que a cerca preservaram o seu mistério e o seu encanto.

Processo de Desencantamento do Sentido Pleno Vida – Jung Mo Sung (2)

Com a vitória das ciências modernas na sociedade ocidental, não apenas a natureza foi submetida aos cálculos científicos e econômicos, mas também quase todos os aspectos da vida. A natureza foi explicada pelas “causas mecânicas”, a sociedade pelas forças sociais e o ser humano pelas motivações redutíveis ao cálculo de custo e benefício. Só que, como vimos, os seres humanos resistem a viver em um mundo totalmente frio, reduzido ao cálculo de números e explicações mecânicas, por isso buscou um novo tipo de encanto: o mundo do consumo.

Agora, na cultura do consumo, o acesso ao encanto não se dá mais pela magia e nem pelas práticas espirituais ou éticas, mas pela capacidade de consumo de mercadorias. As “classificações” da realização da vocação “humana” não se dão mais pelo grau e qualidade de relacionamento com as forças da natureza e nem pela capacidade de seguir os caminhos espirituais e éticos ensinados pelas religiões e pelos santos e profetas, mas pela quantidade de dinheiro disponível ou gasto. (...)

Processo de Desencantamento do Sentido Pleno Vida – Jung Mo Sung (3)

Mais ainda. **Antes o encanto podia ser experimentado em todas ou quase todas as esferas da vida humana, porque a vida como tal era considerada uma fonte de mistério para nós. Agora, o espaço encantado ficou reduzido à esfera do consumo. (...)**

E com isso a natureza, as profissões, as pessoas, as relações humanas perderam o seu encanto, perderam o significado e o valor que estão ou estavam além do seu preço ou da sua utilidade como um instrumento (SUNG, 2007, p. 97-98).

PERGUNTA:

O que a religião – os valores ético-religiosos, sua linguagem simbólica – representam em uma formação social capitalista, na qual existe um embate entre dirigismo e neoliberalismo, ou seja, um embate entre as tendências do capitalismo à exclusão social, concentração de renda e destruição criadora e os implantados socialistas que objetivam modificar e/ou compensar essas tendências nocivas?

Possível Resposta de PAUL SINGER

“A opção pelo cooperativismo ou pelo sindicalismo ou pela militância partidária de esquerda é o oposto da opção pelo máximo bem-estar ou utilidade individual. Esta última não surge espontaneamente, como emanção de uma natureza humana individualista. Ela é cotidianamente reafirmada e negada: reafirmada pela propaganda comercial e negada pelas homilias da religião, reafirmada pela cultura do consumo e do prazer e negada pela cultura da responsabilidade pelo próximo, da exigência da solidariedade e do desprendimento.

Nenhuma sociedade – nem mesmo a capitalista – poderia funcionar se todos os seus membros se comportassem com o homo oeconomicus, um ser inteiramente racional e egoísta, cuja única preocupação é o seu próprio bem-estar. Por isso, mesmo no capitalismo os implantes socialistas desempenham um papel positivo ao difundir valores essenciais ao convívio em sociedade “(SINGER, 1998, p. 131).

Possível Resposta de ALDAÍZA SPOSATI

*“Diferentemente do exame da exclusão, em que se pode falar, ainda que perversamente, da presença da **lógica excludente**, ao referir a **inclusão social**, a não ser por orientações religiosas, não se pode falar de uma **lógica includente** a presidir a sociedade. Nesse sentido, fala-se em **civilidade, solidariedade**, que são ao mesmo tempo valores e **ética de conduta**.*

*Aqueles que examinam criticamente a **sociedade do capital**, fundada na **desigualdade**, afirmarão de imediato a **incompatibilidade** entre o **alcance da inclusão social** com o **processo de acumulação**. A **ética necessária para manter a perspectiva includente** não encontraria, portanto, **viabilidade no corolário dos princípios liberais capitalistas**. A **ética includente tem base solidária** fundada na **igualdade e na equidade**, enquanto a **ética do capital tem base na diferença**. Outros retrucarão com as **iniciativas de filantropia, voluntariado e solidariedade** como parte da **ética capitalista includente**.” (SPOSATI, 2009, p. 312-313).*

Possível Resposta de JUNG MO SUNG (1)

”O sentido fundamental da vida na nossa civilização é o de viver em função de acumular mais e mais riquezas, pois essa acumulação ostentada através de mercadorias-signos, especialmente de griffes, nos garante o reconhecimento social, a auto-estima e a identidade que nos permite situar em posições de destaque e fazer parte de grupos bem posicionados na sociedade. A complementaridade ao nível macrossocial desse sentido de vida é a ideologia neoliberal que prega que não há salvação fora do mercado, que só o mercado livre pode nos garantir mais eficiência para maior acumulação de riqueza.

Possível Resposta de JUNG MO SUNG (2)

A constante luta para ostentar mais do que o outro e provocar a inveja nos “amigos e especialmente nos nossos inimigos” faz eclipsar qualquer sentimento e compaixão com a dor e o sofrimento das outras pessoas – principalmente se forem não-consumidoras. A fé no mercado faz parecer sem sentido e contraprodutiva qualquer proposta de solidariedade com os grupos marginalizados e excluídos do mercado e das benesses da sociedade. Mesmo que a pessoa mantenha-se no sentimento de compaixão, se não abandonar o mito neoliberal restringirá a sua visão e ação de solidariedade ao âmbito das relações interpessoais ou ao nível microssocial. Sem dúvida também importantes, mas não suficientes para solucionar os graves problemas sociais do país e também não para romper com aspectos perversos e errôneos da fé no mercado neoliberal “(SUNG, 2007, p. 78-79).

PERGUNTAS:

“Nosso planeta não irá sobreviver, se não houver um etos global, uma ética para o mundo inteiro” (KÜNG, 2004, p. 17). **Mas de que ética o autor se refere? Da ética de convicção – ele a trata como “de mentalidade” – ou a ética de responsabilidade? Da confluência de ambas – lembremos que o mundo é real, e os tipos são ideais -, conforme verificado por Weber em “Política como vocação” e relatado por Hans Küng (1993) nos termos abaixo:**

Resposta de HANS KÜNG com base nas “éticas” de MAX WEBER (1)

“Exigir uma responsabilidade global significa primeiramente pedir o contrário daquilo que constitui uma mera ética de sucessos. É o contrário de uma ação, para qual todos os métodos são válidos e para a qual é bom aquilo que funciona, que dá lucro, poder e prazer. Mas justamente isso pode conduzir a um puro libertinismo e a um maquiavelismo. Tal ética não terá futuro.

***Também uma simples ética de mentalidade não tem futuro.** Orientada por uma idéia de valores mais ou menos isolados (justiça, amor, verdade), tal ética busca somente a pura motivação interna da pessoa que age sem se perguntar pelas conseqüências de uma decisão ou ação, sem se preocupar com a situação concreta, suas exigências e implicações. De uma forma bastante perigosa, uma tal ética é a-histórica (ela ignora a complexidade dada da situação histórica). Ela também é a-política (ela ignora a complexidade das estruturas sociais e do jogo de forças existente). E justamente assim ela também pode, quando for preciso por motivos de mentalidade, justificar o terrorismo.*

Resposta de HANS KÜNG com base nas “éticas” de MAX WEBER (2)

Tem futuro uma ética de responsabilidade como foi proposta no inverno revolucionário de 1918-19 pelo sociólogo Max Weber. Conforme Weber, tal ética também não é “livre de mentalidade”. Mas ela sempre pergunta realisticamente pelas conseqüências previsíveis de nosso agir e assume a responsabilidade por isso. “Nesse sentido, a ética da mentalidade e a ética da responsabilidade não estão verdadeiramente contrapostas, mas se complementam mutuamente. Somente juntas elas podem constituir a verdadeira pessoa, aquela pessoa que pode ter ‘a profissão para a política’”. Sem uma ética de mentalidade, a ética de responsabilidade se transformaria numa ética de sucesso livre de qualquer mentalidade, para a qual, em vista dos objetivos, todos os meios seriam lícitos. Sem uma ética de responsabilidade, a ética de mentalidade ficaria reduzida à manutenção de um sentido interior de autojustiça” (KÜNG, 1993, p.62).

TERCEIRO SETOR: ALGUMAS IDEIAS

“ROMPIMENTO” COM O BINÔMIO ESTADO-MERCADO / PÚBLICO-PRIVADO (Liberdade, Igualdade e Fraternidade - COLETIVO);

ESPAÇO DE SOCIALIDADE/SOCIABILIDADE, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS;

ARTICULAÇÃO ENTRE RACIONALIDADE POR VALOR E POR FINALIDADE;

ESFERA PÚBLICA NÃO ESTATAL OU ESFERA PRIVADA COM ÂMBITO PÚBLICO (ESFERA PRIVADA NÃO DOMÉSTICA)

FLUIDEZ DAS LÓGICAS DE “FAZER CARIDADE” – CASOS CONCRETOS (1)

a) Regina Reyes Novaes (1998), em “Juventude e ação social católica no Rio de Janeiro: resultados de pesquisa”:

... deve-se à maneira católica de “fazer caridade” que, suportando a diversidade das correntes internas e de suas particulares vocações, sempre se modifica (geralmente não por exclusão, mas por inclusão) e se atualiza no curso do tempo. (...) há tanto Projetos que podem ser classificados “assistencialistas” como outros que são considerados exemplares em termos de “educação para a cidadania”. (...) a Igreja acaba absorvendo novas linguagens e novas parcerias do campo assistencial, sem excluir circuitos mais tradicionais. (NOVAES, 1998, p. 117);

FLUIDEZ DAS LÓGICAS DE “FAZER CARIDADE” – CASOS CONCRETOS (1)

a) **Regina Reyes Novaes** (1998), em “Juventude e ação social católica no Rio de Janeiro: resultados de pesquisa”:

... deve-se à maneira católica de “fazer caridade” que, suportando a diversidade das correntes internas e de suas particulares vocações, sempre se modifica (geralmente não por exclusão, mas por inclusão) e se atualiza no curso do tempo. (...) há tanto Projetos que podem ser classificados “assistencialistas” como outros que são considerados exemplares em termos de “educação para a cidadania”. (...) a Igreja acaba absorvendo novas linguagens e novas parcerias do campo assistencial, sem excluir circuitos mais tradicionais. (NOVAES, 1998, p. 117);

FLUIDEZ DAS LÓGICAS DE “FAZER CARIDADE” – CASOS CONCRETOS (2)

b) **Emerson Giumbelli** (1998), em “Caridade, assistência social, política e cidadania: práticas e reflexões no espiritismo”: “Caridade com cidadania, mas também cidadania afirmada pela caridade: eis aí uma configuração a partir da qual os espíritas podem ser reconhecidos e se apresentarem diante de outros atores sociais politicamente envolvidos” (GIUMBELLI, 1998, p. 165);

FLUIDEZ DAS LÓGICAS DE “FAZER CARIDADE” – CASOS CONCRETOS (3)

c) Flávio Cesar dos Santos Conrado (2006), em *Religião e cultura cívica: um estudo sobre modalidades, oposições e complementaridades presentes nas ações sociais evangélicas no Brasil*:

A persistência de práticas assistenciais segundo a lógica caritativa continua a orientar a atuação de variadas instituições (...) embora já não se possa dizer que elas permaneçam assim avessas ao discurso da cidadania e da atuação no espaço público (...). Busquei demonstrar através dos casos descritos as distâncias, aproximações e complementaridades entre essas diferentes lógicas que não podem, portanto, ser vistas a partir de uma evolução linear de uma lógica de assistência a uma lógica pautada na justiça e na transformação social (CONRADO, 2006, p. 193-194);

FLUIDEZ DAS LÓGICAS DE “FAZER CARIDADE” – CASOS CONCRETOS (4)

d) **Mirella Loterio Siqueira** (2007), em *Filantropia ou cidadania: um estudo da participação de entidades religiosas de atendimento na política para a infância e a adolescência em Juiz de Fora pós anos 90*. Sobre esse estudo que merece nossa admiração, destacamos que fizemos considerações em tom crítico. Entretanto, ele nos auxiliou em função de seu objeto e ao propor questões que indicam tensões, ambiguidades, articulações e fluidez entre as lógicas de atuação das entidades do terceiro setor:

Entretanto, se olharmos entidades de mesma vinculação religiosa, o que faz uma despertar para a lógica do direito e a outra, por exemplo, ignorar essa proposta? Qual seria a diferença, por exemplo, entre a Pastoral do Menor (que se comportou satisfatória) e a Sociedade São Vicente de Paulo (que apresentou uma atuação pautada na lógica caritativa)? (SIQUEIRA, 2007, p. 205);

FLUIDEZ DAS LÓGICAS DE “FAZER CARIDADE” – CASOS CONCRETOS (5)

e) **Márcia Moussallem** (2008), em *Associação privada sem fins econômicos de assistência social: entre a lógica da filantropia e do reconhecimento da cidadania. O caso da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo*:

Ainda que este estudo apresente uma limitação metodológica (...) ele sinaliza para a possibilidade de uma associação filantrópica, mesmo centenária e de cunho religioso, avançar nas suas ações e práticas para a lógica dos direitos de cidadania, tendo em vista as pressões e mudanças institucionais ocorridas no mundo e na sociedade brasileira. (MOUSSALLEM, 2008, p. 149);

FLUIDEZ DAS LÓGICAS DE “FAZER CARIDADE” – CASOS CONCRETOS (6)

f) **André Ricardo de Souza** (2007), em “Entre a assistência e a autogestão: a economia popular da Cáritas”, e sua análise sobre a concepção do paradigma da caridade interpretado, discursado e praticado pela organização “assistencial” da Igreja Católica denominada *Cáritas*, ou seja, sobre os três modelos de intervenção junto aos problemas socioeconômicos: a caridade assistencial, a caridade promocional (modelo promocional de caridade) e a caridade libertadora (Cf. SOUZA, 2007, p. 2-3).

FLUIDEZ DAS LÓGICAS DE “FAZER CARIDADE” – CASOS CONCRETOS (7)

... damos especial ênfase aos argumentos de **Marcelo A. Camurça** (2005) desenvolvidos em seu texto “Seria a caridade a ‘religião civil’ dos brasileiros?”, especialmente no sugestivo item denominado “Conclusão: a revanche da caridade...”, em que o autor oferece os seguintes elementos para nossos questionamentos:

Retornando nosso tema, se o que parece evidenciar-se no cenário público da “moderna filantropia” é o processo de promoção da “caridade”, concomitante com sua reformulação nos marcos dos valores “iluministas”, da racionalidade, eficiência e equanimidade, defendo que a pujança de nossa “religião social” termina por operar uma revanche neste movimento, estendendo sua dinâmica de dívida aos esquemas contratuais, normativos e operacionais da “filantropia moderna”. (CAMURÇA, 2005, p. 58).

RACIONALIDADES POR VALOR E POR FINS – MAX WEBER (1)

Como **exemplos** desta situação, que envolve o “**público, porém privado**” (ação privada que ganha dimensão pública sem perder a característica pessoalizada que a originou) (Cf. CAMURÇA, 2005, p. 59) e **motivações de fundo de ordem pessoal** que acabam gerando **ações institucionalizadas** que, por sua vez, devem observar **normas organizacionais e procedimentos fundamentados na racionalidade**, seriam as **entidades beneficentes de assistência social constituídas e geridas sob a inspiração e esforços pessoais (motivados por valores ético-religiosos) de um padre, religioso ou fiel leigo e que participam efetivamente da rede socioassistencial pública, inclusive recebendo recursos públicos para o desenvolvimento de atividades em decorrência da celebração de convênios com órgãos governamentais.**

RACIONALIDADES POR VALOR E POR FINS – MAX WEBER (2)

Ora, levando em conta a **sociologia compreensiva de Max Weber e seus tipos ideais** que nos referenciam (tipos racionais determinantes da ação social e tipos de ética ou moral), **nestes exemplos** percebemos a **compatibilidade, complementaridade e busca de convergência entre a racionalidade por valor** (cumprir o dever de amar o próximo, um mandamento religioso e um princípio ético, por meio da constituição de uma ONG) e **a racionalidade por finalidade** (gerir de forma competente os recursos financeiros, materiais e humanos de uma ONG, inclusive cumprido toda a burocracia, para atender adequadamente seu público-alvo, mediante o fornecimento de serviços com eficiência, eficácia e efetividade).

ÉTICA CATÓLICA E ATIVISMO NO SETOR SOCIAL – MICHAEL LÖWY (1)

Com relação à doutrina social da Igreja Católica, da qual Michael Löwy (2000), nosso principal referencial teórico, extraiu suas proposições (afinidade negativa entre a ética católica e o capitalismo; afinidade eletiva entre a ética católica e o ativismo no setor social), investigamos e apreendemos as **tensões, conflitos, ambigüidades, complementaridades, articulações e fluidez** envolvendo a forma de intervenção da Igreja e de seus fiéis leigos nas questões socioeconômicas.

ÉTICA CATÓLICA E ATIVISMO NO SETOR SOCIAL – MICHAEL LÖWY (2)

Disto decorreu nossa percepção de que as ambiguidades no tocante a forma de “fazer caridade” não estão no conteúdo da doutrina social e sim na comunicação – conduzida por diferentes interesses e visões ideológicas - dos ensinamentos sociais da Igreja Católica, ou seja, as ambiguidades decorrem dos interesses e visão ideológica de quem fala ou não fala e de quem escuta ou não escuta. Observe-se, conforme demonstramos, que a força do apelo original do “amor ao próximo”, que tem como “alvo” a dignidade da pessoa humana, não pode ser negado e está implantado, pois faz parte de sua essência, em toda a doutrina da Igreja, seja ela social ou catequética.

CONCLUSÃO:

**Estamos dispostos a viver aquilo que
escrevemos na Constituição Federal ?**

Leonardo Boff:

***“A libertação dos oprimidos deverá provir deles
mesmos, na medida em que se conscientizam
da injustiça e de sua situação, se organizam
entre si e começam com práticas que visam
transformar estruturalmente as relações
sociais iníquas.”***

MENSAGEM FINAL:

São Paulo: *“Ainda que eu distribuísse todos os meus bens aos famintos, ainda que entregasse meu corpo às chamas, se não tivesse a caridade, isso nada me adiantaria”* (Primeira Epístola ao Coríntios, capítulo 13, versículo 3)

DESEJANDO A PAZ DE DEUS

Rodrigo Mendes Pereira
romeperomepe@gmail.com